



Integração & desenvolvimento  
Integración & Desarrollo

Ano I No. 2 2016  
Janeiro-Fevereiro



[ Padrões de  
Reprodução do Capital  
na América Latina

[ Fatos relevantes sobre  
o petróleo na América  
Latina

[ Crisis hegemónica progresista y  
surgimiento de una “nueva  
derecha” en América Latina

[ Integração e dependência:  
A alternativa latino-  
americana



# Editorial

A Revista Latinoamerica chega ao seu segundo numero, neste mês, após o sucesso do Nº 1. Graças aos nossos colaboradores e à elogiada diagramação, conseguimos produzir uma revista de leitura ágil visualmente e com temáticas atuais e inseridas na realidade latino-americana. Chega também com a proposta de ser bimestral em virtude de dificuldades de diagramação dos textos, cujos formatos originais decidimos respeitar.

Neste número, você pode ler a importante análise de Niemeyer de Almeida Filho, Professor Titular do Instituto de Economia da UFU e presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política SEP, sobre os problemas conjunturais latino-americanos, sustentando tese de que a existência de distintos padrões de reprodução na região explicam a reprimarização ou dependência estrutural de commodities. Na sequencia, o Engenheiro Fernando Siqueira, vice-presidente do Clube de Engenharia, demonstra que as políticas de privatização das estatais de petróleo latino-americanas representam um dano às soberanias nacionais e levam o continente em direção à dependência e o mundo em direção às guerras.

Victória Darling, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, mostra como a realidade continental tende a seguir o movimento pendular no qual momentos de avanço distributivo e conquista populares são seguidos de processos de contraofensiva por ajustes, endividamento e fragmentação estrutural, liderados pela "nueva derecha" latino-americana.

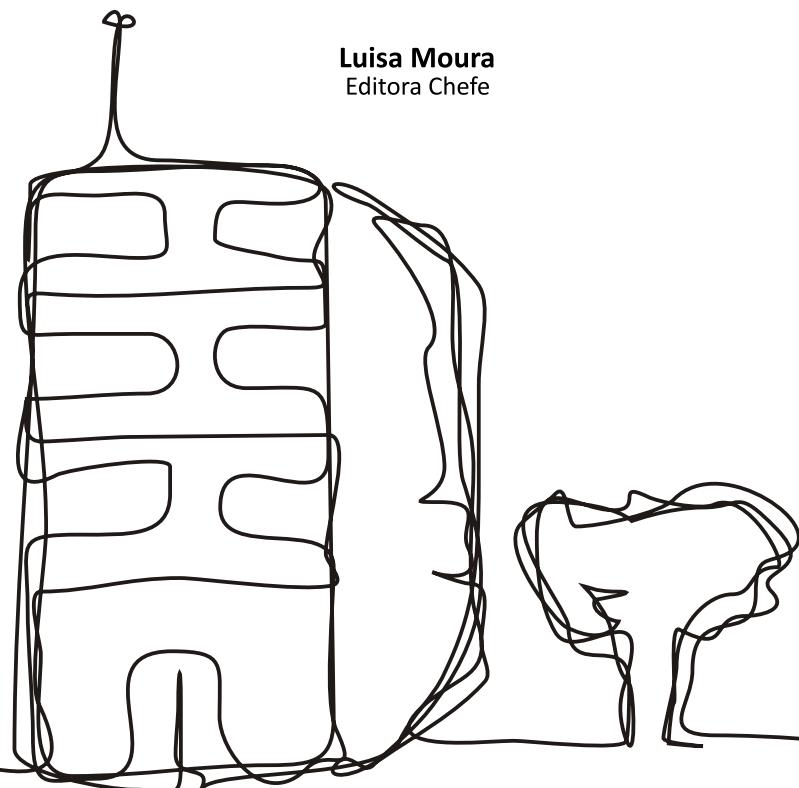
Leia, por último o artigo de Alexandre Andreatta, estudante do mestrado em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL/UNILA), no qual analisa, com base em RM Marini, o quanto a proposta latino-americana de integração regional, quando respeita as identidades culturais, pode

garantir o fortalecimento das economias regionais e realizar a incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, educação, trabalho e ao consumo.

No site, a Federação Nacional de Relações Internacionais convoca para o XXI Encontro Nacional de Estudantes de RI, nos dias 20 a 23 de abril, sobre o tema **Relações sul-sul: desafios e perspectivas**, e o Professor Nildo Ouriques, presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos da UFSC, convida para a 12ª. edição das Jornadas Bolivarianas **Os rumos da crise na América Latina**, de 23 a 25 de abril, em Florianópolis.

Esperamos que façam uma boa leitura

Luisa Moura  
Editora Chefe



# Editorial

La Revista Latinoamérica llega a su segundo número, este mes, luego del suceso del Nº1. Gracias a nuestros colaboradores y a la elogiada dia-gramación, conseguimos producir una revista de lectura visualmente ágil y con temáticas actuales sumergidas en la realidad latinoamericana. Llega también con la propuesta de ser bimestral en virtud de las dificultades de diagramación de los textos, cuyos formatos originales decidimos respetar.

En este número, podrá leer el importante análisis de Niemeyer de Almeida Filho, Profesor Titular del Instituto de Economía de la UFU y presidente de la Sociedad Brasileña de Economía Política SEP, acerca de los problemas coyunturales latinoamericanos, sosteniendo la tesis de que la existencia de distintos patrones de reproducción en la región explican la reprimarización o dependencia estructural de *commodities*.

Dando secuencia, el Ingeniero Fernando Siqueira, vicepresidente del Club de Ingeniería, demuestra que las políticas de privatización de las estatales de petróleo latinoamericanas representan un daño a las soberanías nacionales y llevan al continente en dirección a la dependencia y al mundo en dirección a guerras.

Victoria Darling, profesora de la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana - UNILA, muestra cómo la realidad continental tiende a seguir el movimiento pendular en el cual momentos de avance con distribución y conquistas populares son seguidos de procesos de contraofensiva por ajustes, endeudamiento y fragmentación estructural, liderados por la "nueva derecha" latinoamericana.

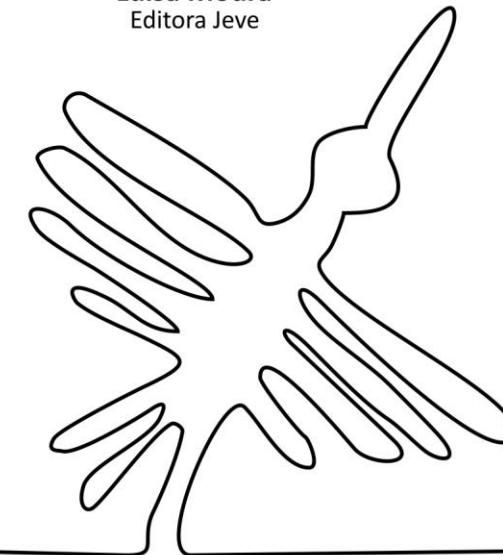
Lea, por último, el artículo de Alexandre Andreatta, estudiante de la maestría en Integración Contemporánea de América Latina (ICAL/UNILA),

donde analiza, con base en Ruy Mauro Marini, cuánto la propuesta latinoamericana de integración regional, cuando respeta las identidades culturales, puede garantizar el fortalecimiento de las economías regionales y realizar la incorporación de amplios contingentes poblacionales a la cultura, educación, trabajo y consumo.

En nuestro sitio web, la Federación Nacional de Relaciones Internacionales convoca para el XXI Encuentro de Estudiantes de RRII, los días 20 a 23 de abril, con el tema **Relaciones Sur-Sur: desafíos y perspectivas**, mientras que el Profesor Nildo Ouriques, presidente del Instituto de Estudios Latinoamericanos de la UFSC, invita para la 12<sup>a</sup> edición de las Jornadas Bolivarianas **Los rumbos de la crisis en América Latina**, del 23 a 25 de abril, en Florianópolis.

Esperamos que tengan una buena lectura,

**Luisa Moura**  
Editora Jeve



*latinoamericana*

# Conselho Editorial:

Alai Garcia  
Carlos Alberto Santos  
Célio Bermann  
Gentil Corazza  
Ildo Sauer  
Luciano Wexell Severo  
Marcus Vinicius de Andrade  
Nilson Araújo de Souza  
Paulino Motter  
Paulo Rocha  
Sidney Leite  
Victorio Oxilia

## Expediente :

Luisa Moura - Editora Chefe  
Lia Bressan - Secretária de Redação  
Mariana Moura - Redatora Chefe  
Angela Garofali - Tradução  
Alexandre Souza - Diagramação e Fotos  
Alexandre Andreatta - Site



# Sumário |

Ano I - N° 2  
Janeiro-Fevereiro 2016



Economia e Desenvolvimento  
Economía y Desarrollo

Padrões de Reprodução do Capital na América Latina  
Pág. 06



Política e Sociedade  
Politica y Sociedad

Fatos relevantes sobre o petróleo na América Latina  
Pág. 17



Integração  
Integración

Crisis hegemónica progresista y surgimiento de una “nueva derecha” en América Latina  
Pág. 29

Integração e dependência: A alternativa latino-americana  
Pág. 25



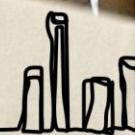
# PADRÕES DE REPRODUÇÃO DO **CAPITALISMO** NA **AMÉRICA LATINA**<sup>1</sup>

por Niemeyer Almeida Filho<sup>2</sup>

\*Notas de rodapé na página XX



América Latina passou por longo período de industrialização de transição ao capitalismo no qual parte das economias da região logrou alcançar alguma diversificação das pautas de exportação. Contudo, dados dos anos 2000 mostram regressão dessas pautas, retomando níveis de participação de primários e primários processados dos anos 1950. Há polêmica sobre as causas e intensidade deste processo.



Para Osorio (2012a), há na América Latina um novo padrão exportador de especialização produtiva em pelo menos cinco economias: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. A análise sugere extensão deste padrão de reprodução do capital para o conjunto da região. A especialização produtiva seria fruto da implementação de políticas Neoliberais desde os anos 1970, com destaque para o caso exemplar do Chile.

Entendemos que essa especialização produtiva retrata elementos da natureza da participação histórica da região e de suas formações sociais na divisão internacional do trabalho, sendo, portanto, estrutural. Assim, as políticas Neoliberais, sobretudo as macroeconômicas, tiveram o sentido de exacerbar elementos que já estavam presentes na fase anterior. O ponto controverso é se a especialização produtiva é um elemento forte o suficiente a configurar um único padrão de reprodução do capital na região.

Nossa hipótese é que há distintos padrões de acumulação internos à América Latina, em razão de características muito particulares de alguns países, tanto as relacionadas ao aparato produtivo quanto aquelas relacionadas à natureza e operação do Estado. A hipótese não contesta a existência de importantes elementos estruturais comuns, sobretudo as evidências de superexploração da força de trabalho, que retratam a

natureza deformada do capitalismo na região, em sintonia com a interpretação de Ruy Mauro Marini, além da importância das exportações de produtos primários. Porém, ela tem consequências importantes para um possível processo de integração econômica, pois a diversidade de padrões de reprodução e graus de desenvolvimento capitalista podem representar entraves a políticas de desenvolvimento nacionais, sobretudo numa região de grandes carências sociais.

A América Latina pode ser geograficamente definida, compreendendo os países que se situam do México ao extremo sul do continente americano<sup>3</sup>. Trata-se de uma região heterogênea. A maior parte dos processos de independência dos Estados Nacionais ocorreu num período histórico semelhante (começo do século XIX), bem como os processos de industrialização de transição ao capitalismo (último quartel do século XIX ao terceiro quartel do século XX)<sup>4</sup>. Assim, a heterogeneidade tem muito a ver com as condições materiais, isto é, com as reservas de riqueza na forma de terras agricultáveis, recursos minerais e hídricos, e tamanho das populações. Para fins de comparação, o **Quadro 1** mostra as três principais economias da América Latina. Mais à frente os dados de exportação permitirão melhor comparação entre as economias da região. ►

**Quadro 1**

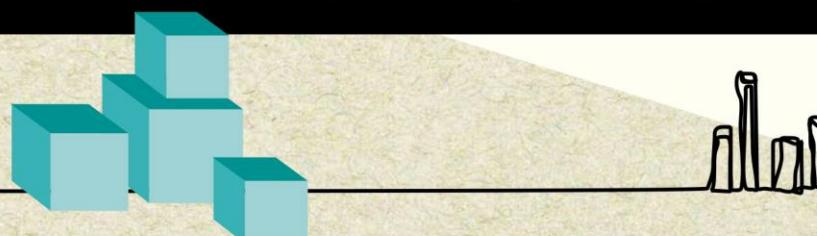
**Dimensões relativas de países selecionados: território, população, PIB e Gap de pobreza**

Fonte: WDI, Banco Mundial

Território: km<sup>2</sup> dados de 2010; População: 1000 habitantes, 2012; PIB: bilhões US\$ (2005), dados de 2010; PIB percapita: milhares de US\$ (2005); PIB dados de 2010; Gap de pobreza, indivíduos com renda inferior a US\$ 1,25 (ppp) por dia.

\*Dados de 2005.

Países	Território	População	PIB	PIB percapita	ΔPIB	gap pobreza
Argentina	2.736.690	40.374	0.183*	4.740,1*	9,2*	1,97
Brasil	8.459.420	195.210	1.097	5.618,30	7,5	4,56
México	1.943.950	117.886	0.957	8.117,40	5,1	2,11



Não obstante essa heterogeneidade, o capitalismo que se estabeleceu na região apresenta especificidades comuns em nível das economias nacionais. Marini (2000) vai sintetizar essas especificidades no conceito de “capitalismo deformado” pela dominância da superexploração da força de trabalho. A “deformação” é fruto da forma concreta mediante a qual essas economias se inseriram no sistema global. Portanto, é fruto das condições internas às economias nacionais e do processo concorrencial dos capitais em busca de lucros extraordinários, intrínsecos ao capitalismo.

Uma síntese das proposições de Marini está em Almeida Filho (2013). Fica evidente que os mecanismos de vinculação das economias latino-americanas ao sistema global são estruturais. A natureza dos mecanismos, sua forma de reprodução e possível transformação são polêmicos. A posição histórica de Marini e dos teóricos da Teoria Marxista da Dependência é que os mecanismos são tão profundamente enraizados na dinâmica reprodutiva das economias dependentes que apenas um colapso criaria condições de mudança. Neste contexto, advogam a superação do Capitalismo pelo Socialismo.<sup>5</sup>

Em Marini (2000, 2012), há recuperação histórica das condições de transição ao capitalismo na região e da inserção inicial das economias nacionais como fornecedoras de bens primários, a princípio como colônias de metrópoles como Espanha e Portugal, e posteriormente como economias extrativistas capitalistas. O nível geral de diversificação dessas economias era baixo, pois parcela significativa da produção realizava-se no mercado internacional.

Os processos de industrialização dependeram significativamente das ações dos Estados. Neste sentido, as proposições da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) de industrialização pela liderança dos Estados no período pós Segunda Guerra Mundial

ganharam força na região, legitimando processos políticos que estavam em curso. Todavia, os resultados não foram homogêneos, tampouco suficientes para revolucionar a participação da região e de suas economias nacionais na divisão internacional do trabalho.

Mesmo assim, houve mudanças importantes desde os anos 1930 e, especialmente, ao longo dos vinte anos que se seguem ao final da Segunda Guerra Mundial, sobretudo nas principais economias (Argentina, Brasil e México). A industrialização ampliou as condições de consumo interno, permitindo que muitas das economias lograssem melhorias das condições de vida.<sup>6</sup> Houve, também, mudanças relevantes nos mercados de trabalho, resultado tanto da expansão da economia quanto da própria diferenciação das ocupações e empregos, mas nenhuma delas suficiente para mudar o patamar das remunerações, de maneira que é possível afirmar que há dominância de uma condição de superexploração da força de trabalho.<sup>7</sup>

O que se caracteriza nos anos 2000 como processo de regressão das pautas de exportação consiste no aprofundamento da inserção histórica das economias nacionais na divisão internacional do trabalho. Neste sentido, é como se o período virtuoso do pós Segunda Guerra Mundial fosse uma excepcionalidade. O processo recente foi alavancado pelo aumento da demanda internacional dos produtos primários inflexionando a série dos termos de troca (CEPAL, 2014:200).

Os dados das exportações em 2011, por categorias tecnológicas, estão organizados na **Tabela 1** e separados em categorias da Teoria Marxista da Dependência, antecipando nossa hipótese de caracterização de distintos padrões de reprodução do capital, com ênfase no caso brasileiro. Os dados sustentam, no geral, a tese de Gonçalves (2000) de inserção internacional regressiva, embora ela tenha sido formulada apenas para o Brasil. Porém, nossa análise converge para o que sustentam Nascimento *et al* (2009), que é de uma dependência estrutural de commodities. ►

**Tabela 1 % Exportações em relação ao PIB por categorias tecnológicas 2011**

Exportações	PP	RB 1	RB 2	LT1	LT2	MT1	MT2	MT3	HT1	HT2	Total	PIB
<b>Países Imperialistas</b>												
EUA	19,254	6,14	15,208	1,524	6,647	7,877	9,307	16,27	11,388	6,385	1.412,59	14.991,30
Alemanha	9,844	6,751	5,926	2,89	9,513	16,266	9,172	21,525	8,093	10,021	1.445,08	3.600,83
<b>Semiperiferias Imperialistas</b>												
Espanha	13,617	11,433	12,375	5,852	9,366	17,141	8,978	10,357	4,723	6,157	291,88	1.476,88
<b>Economias de Capitalismo Tardio</b>												
Polônia	8,43	13,519	7,63	3,782	16,476	12,47	8,483	17,694	9,458	2,058	184,62	514,5
Rússia	65,204	3,279	21,368	0,129	2,034	0,319	5,484	1,107	0,759	0,317	515,51	1.857,77
<b>Economia Chinesa</b>												
China	3,552	3,447	5,335	16,116	14,776	2,44	6,118	16,755	28,197	3,265	1.854,35	7.318,50
<b>Subimperialismo dependente</b>												
Brasil	30,742	17,433	23,139	1,931	3,154	5,132	7,393	6,784	1,775	2,517	252,804	2.476,65
<b>Economias dependentes</b>												
Argentina	46,459	17,766	6,12	1,76	1,797	12,19	8,34	2,872	0,379	2,317	81,222	83,997
Bolívia	63,305	5,073	28,689	1,231	0,836	0	0,738	0,052	0,037	0,039	8,879	8,175
Chile	51,318	13,357	26,679	1,011	1,583	1,147	2,825	1,448	0,403	0,229	79,845	248,585
Colômbia	68,457	3,705	11,793	2,527	2,698	0,757	6,585	1,307	0,431	1,739	53,874	58,176
Equador	78,995	8,954	5,767	1,098	1,135	1,756	1,129	0,765	0,156	0,244	22,203	23,076
Paraguai	77,701	11,501	1,802	4,132	2,111	0,029	1,265	0,393	0,353	0,712	5,487	12,52
Peru	35,743	4,662	48,827	5,41	2,079	0,103	1,98	0,786	0,218	0,193	35,598	176,925
Uruguai	53,059	21,243	3,339	5,145	5,128	3,934	4,9	1,256	0,25	1,746	7,577	9,274
Venezuela	67,171	0,041	30,791	0,014	0,567	0,012	0,858	0,475	0,012	0,06	91,288	92,807
África Sul	31,915	5,816	26,568	0,653	5,275	8,352	10,801	8,269	1,142	1,209	84,951	408,237
Índia	16,533	2,888	36,457	10,846	10,582	3,201	6,388	7,162	1,662	4,28	294,995	1.847,98
<b>Economias Periféricas</b>												
Etiópia	84,489	4,197	1,415	8,033	0,25	0,517	0,36	0,333	0,162	0,245	2,489	30,247
Nigéria	84,977	0,328	12,215	0,791	0,305	0,053	0,219	1,019	0,033	0,059	125,634	243,986
Rep. C. Afri.	68,852	26,396	0,607	0,005	0,016	1,61	0,186	2,29	0,03	0,008	0,101	2,195
Argélia	82,419	0,481	16,85	0,044	0,072	0	0,106	0,019	0,005	0,004	73,434	188,681

Fonte: Elaboração própria a partir de COMTRADE, 2013



O cruzamento desses dados de 2011 com a série histórica da participação das exportações no PIB da Tabela 2 permite avaliar a tendência. Dos países selecionados, apenas Venezuela e Paraguai não apresentam ampliação das exportações em relação ao PIB na comparação ponta a ponta da série 1960/2012. Os demais países apresentam significativa ampliação da importância das exportações na dinâmica de suas economias, mostrando que a inserção dos anos 1960 não sofreu alteração de natureza. Ressalte-se que a importância relativa do comércio internacional para as economias nacionais amplia-se substancialmente mostrando aumento da interrelação das economias. Interpretamos esses números como consolidação sistêmica do capitalismo, sobretudo se considerarmos que a quase totalidade das economias se encontrava nos marcos do capitalismo, com o esgotamento da experiência histórica de socialismo ainda nos anos 1980.

**Tabela 2 Exportações em relação aos PIBs (em percentagens)**

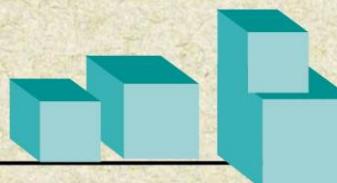
Países	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Argentina	7,6	6,23	5,6	5,82	5,06	11,74	10,36	9,68	10,99	25,07
Brasil	7,06	7,74	7,03	7,54	9,05	12,25	8,2	7,26	9,98	15,13
Chile	13,47	13,61	14,61	25,44	22,82	28,15	33,99	29,3	29,29	38,38
Colômbia	15,66	11,42	14,31	15,8	16,21	13,81	20,57	14,53	15,92	16,85
Peru	20,76	16,1	17,89	10,85	22,4	22,97	15,76	12,59	16	25,09
Bolívia	-	-	24,59	25,94	24,53	19,05	22,78	22,55	18,27	35,55
Equador	16,85	8,98	9,44	16,07	17,15	19,68	22,76	22,78	32,13	27,62
México	8,49	7,64	7,75	6,89	10,71	15,41	18,6	24,92	25,95	26,45
Paraguai	-	-	-	-	-	-	-	61,54	46,1	57,32
Uruguai	13,88	18,38	13,88	16,78	15,03	26,76	23,53	19	16,7	30,4

Fonte: WDI, Banco Mundial

Por outro lado, parte da heterogeneidade que se observa na região está ligada, como já o dissemos, às condições materiais nas quais o capitalismo se estabeleceu. Uma forma de apreender essa dimensão das diferenças no contexto de elementos comuns é mostrar os dados da progressão da indústria na região. Vista como conjunto, a América Latina apresenta dados compatíveis com o desenvolvimento global capitalista, que aponta para tendência universal de queda da participação da indústria no PIB. Na literatura econômica especializada, esse fenômeno é definido como desindustrialização.

Esses dados sobre a América Latina recomendam fortemente a análise das economias nacionais, mostrando que os elementos comuns são insuficientes para determinar um padrão único de reprodução do capital. Ademais, esses dados sugerem que a natureza da ação do Estado e a própria complexidade do processo de acumulação são distintos.

Nosso objetivo neste artigo é mostrar que a América Latina, embora tenha características estruturais comuns apontadas pela Teoria Marxista da Dependência, apresenta distintos padrões de reprodução de capital. Um desses padrões é o da Economia Brasileira, que apresenta diversos pontos em comum com os demais países investigados, porém apresenta aspectos distintivos em relação aos mecanismos de financiamento, investimento e distribuição peculiares no confronto com o restante da América Latina. ►



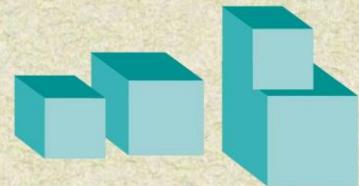
Osório (2012b) trata a região como tendo um padrão comum denominado de exportador de especialização produtiva, configurando uma inserção histórica de exportação de produtos primários, ou primários processados, que se reproduz estruturalmente. Entendemos que esta é uma aproximação relevante que o próprio autor sugere necessitar de maiores estudos de aprofundamento, ao selecionar as cinco maiores economias da região e confrontar os seus dados agregados (págs. 103-133). O confronto mostra diferenças significativas para fins de análise da dinâmica da economia.

Os dados recentes de crescimento atestam esta linha de interpretação. Segundo dados e análise do Banco Mundial quanto a taxas de crescimento, a América Latina estaria ingressando numa fase de crescimento mais baixo. A taxa de crescimento da região caiu de 6% em 2010 para 3% em 2012 e 2,5% em 2013, recuperando-se para 4,4% em 2014, com dispersão importante entre os resultados das economias nacionais. Em 2013, as taxas variaram de níveis iguais ou inferiores a 1,3%, no caso da Jamaica e da Venezuela, a percentuais “asiáticos” de crescimento de 5,8% e 8,4% para Peru e Panamá, respectivamente. Um grupo de países cresce acima da média regional, com taxas entre 3 e 4% (Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala e Uruguai). Contudo, as maiores economias regionais do Brasil e México registrarão crescimento abaixo da média.<sup>8</sup>

Por outro lado, autores como Luce (2011) se valem do conceito de Subimperialismo de Marini, destacando o papel do Estado e o grau de internacionalização da economia como elementos centrais. A partir desses elementos, configura o Brasil como Subimperialismo Dependente, o que em si sugere um padrão de reprodução do capital distinto do restante da região.

Enfim, parece-nos que os dados que sintetizamos neste artigo são ainda insuficientes para uma posição definitiva. Seria indispensável tratar mais a fundo da estrutura de financiamento e nela especificamente das contas públicas. A importância e forma do Estado para a dinâmica de produção e reprodução do capital são decisivas. Mesmo assim, é possível reiterar, em acordo com Osorio (2012b), que a inserção global das economias da América Latina é estrutural e elemento central para uma caracterização definitiva dos seus padrões de reprodução do capital. ■





## NOTAS DE RODAPÉ

1

Este artigo foi extraído de outro mais extenso onde há análise dos dados do Brasil para sustentar a hipótese da existência de distintos padrões de reprodução do capital na região. Este outro artigo, feito em cooperação com Priscila Santos de Araújo, intitulado Padrão de Reprodução do Capital no Brasil, está publicado na World Review of Political Economy, disponível em <http://www.jstor.org/stable/10.13169/worlrevipoliecon.6.issue-3>.

2

Professor Titular do Instituto de Economia da UFU.

3

Esta é a definição adotada pela CEPAL. Uma definição alternativa é selecionar os países por semelhanças culturais, particularmente quanto às línguas. Neste caso, fariam parte da região aqueles países de línguas latinas.

4

É preciso levar em consideração a situação de países/economias pequenas da América Central, parte delas mantendo ainda hoje a condição de protetorados. Em diversos casos, as economias não são industrializadas no sentido de apresentar parques industriais relevantes, caracterizando-se como economias primárias exportadoras mescladas com atividades de turismo. Assim, a afirmação que estamos fazendo exigiria uma relação de países, que não estamos apresentando por não ser o foco da análise.

5

Quem melhor trata desta questão é Theotonio dos Santos em diversos trabalhos, porém especificamente em Socialismo o Fascismo: El Dilema Latinoamericano (1969).

6

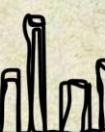
A melhoria das condições de vida que estamos falando seguem condições médias, o que não significa contradição com desigualdade social. Esta aprofunda-se justamente pela superexploração da força de trabalho.

7

Se as condições médias mudaram, os níveis mínimos de remuneração, com ampla frequência na população, mantiveram-se significativamente abaixo das condições sociais que o processo de industrialização permitia.

8

Dados disponíveis em <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2013/10/09/world-bank-latin-america-economy-decelerating-historic-shift-currencies-lift>, acesso em 23/03/2014.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, N. (2013) Overexploitation of the workforce and concentration of wealth: key issues for development policy in Brazilian peripheral Capitalism. *World Review of Political Economy*, v. 4, p. 4-24, 2013.
- CEPAL, (2014) **Pactos para la igualdad:** Hacia un futuro sostenible . Documento da Trigesimo quinto período de sesiones de la CEPAL, Lima, Perú, 5 a 9 de mayo.
- DOS SANTOS, T. (1969) Socialismo o Fascismo: El Dilema Latinoamericano. Santiago, Chile: Ed. PLA.
- FERREIRA, C.; OSORIO, J.; e LUCE, M. S. (orgs.) (2012) Padrão de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo.
- GONÇALVES, R (2000) O Brasil e o Comércio Internacional: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto.
- LUCE, M. S. (2011) A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MARINI, R. M. (2000 [1973]) Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARINI, R. M. (2012) "O ciclo do capital na economia dependente" in FERREIRA, C.; OSORIO, J.; e LUCE, M. S. (orgs.) (2012) op.cit. p. 21-36.
- NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A. ; e CUNHA, S. F. (2009) Reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate no seu devido lugar. II Encontro Internacional da Sociedade Keynesiana Brasileira. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2009/51.pdf>, acesso em 23/03/2014.
- OSORIO, J. (2012a) "Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica". In FERREIRA, C.; OSORIO, J.; e LUCE, M. S. (orgs.) (2012) op.cit. p. 37-86.
- OSORIO, J. (2012b) "América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva estudo de cinco economias da região". In FERREIRA, C.; OSORIO, J.; e LUCE, M. S. (orgs.) (2012) op.cit. p. 103-134.



# FATOS RELEVANTES SOBRE O **PETRÓLEO** NA AMÉRICA LATINA



Fernando Leite Siqueira\*

\* Engenheiro da Petrobrás

Vice-Presidente da AEPET- Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Vice-Presidente do Clube de Engenharia

Foi membro do Conselho de Administração da Petrobrás



## Argentina



No final da década de noventa, o Governo Menen, dominado pela avalanche da doutrina neoliberal, que grassou pela América Latina, resolveu privatizar a YPF - Yacimientos Petrolíferos Fiscales, a empresa estatal de petróleo daquele país. Depois de muitas discussões e muitas negociações privatizaram a YPF por um preço lesivo aos interesses do povo argentino.

O processo de privatização foi coordenado pelo banco Credit Suisse First Boston e auditado pela auditora americana Gaffney Cline & Associations. Segundo documentos publicados por técnicos da Fundação Bariloche, a reserva da Argentina, que era de 2,4 bilhões de barris, na auditoria feita pela Gaffney, para subsidiar a privatização, esta reserva foi reduzida em 30%, caindo para cerca de 1,6 bilhão de barris. Três meses após a privatização as reservas voltaram ao patamar de 2,4 bilhões de barris sem qualquer nova descoberta que justificasse isto.

Na época da privatização o preço do petróleo no mercado internacional era de US\$ 20 por barril. A Gaffney, considerando, o custo de produção e outras despesas, estabeleceu o preço de US\$ 0,60 por barril para a negociação. Foi o que a Repsol pagou ao Governo argentino.

A empresa compradora do petróleo argentino foi a Repsol, uma ex-estatal espanhola, que foi adquirida pelo banco Santander, que por sua vez foi adquirido pelo Royal Bank of Scotland, que, segundo a imprensa internacional, pertence à família Rothschild, dona da maioria das ações das empresas de petróleo que fazem parte do cartel internacional do petróleo (Shell, British Petroleum, Repsol e as outras). Ou seja, a Repsol é a irmã caçula do cartel.

Após um ano da privatização, as reservas de petróleo da Argentina caíram drasticamente por falta dos investimentos em novas áreas prometidos pela Repsol. Mas, por outro lado, esta empresa remeteu lu-

cros fantásticos para sua matriz na Inglaterra. Assim, no governo Cristina Kirchner, foi estabelecida a renacionalização da YPF.

Menem privatizou em uma semana a YPF, que havia levado o país a autossuficiência em petróleo. Dessa situação, o país passou a ser totalmente dependente da Repsol, e da sua descapitalização. "De nada adiantaram as provas claras de que esse processo foi feito com corrupção e compra de parlamentares. Menem foi preso, mas por outras acusações -, a privatização foi irreversível, com graves danos que afetam a situação econômica Argentina".



"Os resultados foram péssimos e se fazem sentir até hoje de forma catastrófica. O país passou a ficar refém da compra de gás do exterior um consumo gigante, que aumenta ainda mais no inverno , que afeta diretamente a balança comercial do país. Além do que, o governo subsidia esse consumo, para tentar conter a inflação, o que representa o principal elemento dos gastos estatais, o que desequilibra as finanças públicas". (Dizem os técnicos da Fundação Bariloche).

Apesar de o governo Cristina Kirchner ter reestatizado a YPF, reconstruir a empresa, que foi sucateada pela Repsol, demanda grande quantidade de investimentos e depende de acordos com grandes empresas internacionais do petróleo. Ou seja, a privatização foi um desastre.

Recentemente foram descobertas grandes jazidas de gás de folhelho (Xisto), na província de Vaca Muerta, ao sul da Argentina. Está sendo perfurada pela Chevron, petrolífera americana. "Já fizemos quase 400 poços. Ainda estamos aprendendo. Quando chegarmos aos 1.000 poços teremos um conhecimento exato de tudo", resume André Archimio, o responsável pela tecnologia da fratura hidráulica na YPF.

O grande problema econômico da fratura hidráulica é que cada poço custa aproximadamente seis milhões de dólares (18,5 milhões de reais). Um poço convencional custa somente dois milhões (6 milhões de reais). Outro ponto negativo é que os poços depletam (perdem produção) rapidamente exigindo muitos outros poços. E esse processo é extremamente perigoso para o meio ambiente, pois a rocha é fraturada com água cheia de contaminantes.



## Bolívia



Em 1914, se disponibilizou a concessão de três hectares para exploração de petróleo na Bolívia; em 1916, se elaborou o primeiro marco regulatório e, em 1922, a Standard Oil conseguiu ingressar na exploração e produção na Bolívia. Em 1927 chegou a produzir 40.000 barris por dia.

Em 1930, a Shell se instalou no Paraguai e as duas petroleiras provocaram a guerra do Chaco entre bolivianos e paraguaios, entre 1932 e 1936, na qual morreram mais de 100 mil pessoas e as duas companhias tiveram os seus interesses fortalecidos em detrimento da população dos dois países.



Em 1937, houve a primeira nacionalização de petróleo na América Latina, realizada pela Bolívia (a do México foi em 1938) e foi criada a Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos YPFB, uma empresa estatal, elo do governo militar nacionalista. Em 1955, foi aprovada a Lei chamada Código Davenport (nome de um assessor americano) abrindo o mercado a empresas estrangeiras. Em 1969 as forças armadas renacionalizaram o petróleo, o que aborreceu muito os EUA, que passaram a conspirar contra o governo boliviano do General Juan José Torres até derrubá-lo com apoio das forças armadas do Brasil e da Argentina.

Em 1972, o General Hugo Banzer, com apoio dos EUA, determinou a reabertura do mercado para as petroleiras estrangeiras. Neste período foi feito um esvaziamento da YPFB. Este modelo se aprofundou na década de 80, com Decreto 21060, se abriu totalmente ao capital internacional. O momento culminante do processo de alienação dos recursos energéticos se deu no governo de Sanchez de Lozada, poderoso empresário de mineração, que falava espanhol com sotaque texano.

Em 1994, Lozada desnacionalizou os recursos naturais da Bolívia entregando-os as multinacionais: Repsol (ESP), Total (FRA), Enron-Shell, herdaram as reservas petrolíferas uma vez que a YPFB foi desmantelada sob o velho argumento que o estado só deve ser facilitador do setor privado. Elas passaram a dominar grandes reservas de gás, cujo maior mercado consumidor era o Brasil. Mas um gasoduto Bolívia-Brasil era antieconômico. Sua Taxa de retorno era de 10% ao ano, e o custo financeiro do gasoduto era de 12%. Assim, Sanchez de Lozada e Fernando Henrique Cardoso convenceram o presidente Itamar a obrigar a Petrobrás a bancar o gasoduto. Foi o pior projeto da Companhia. Ela deslocou recursos da Bacia de Campos, cuja Taxa Interna de Retorno era de 90% ao ano para aplicar no gasoduto, antieconômico. Além de trocar energia limpa



(hidrelétrica) por energia poluente (termoelétrica); e ainda depender de energético importado de multinacionais.

Mais grave era o contrato que a Petrobrás teve que assinar com a Bolívia para explorar o seu gás, e que tem uma cláusula leonina, a "take or pay", ou seja, comprando ou não certa quantidade de gás contratada, a Petrobrás pagava por ela. Assim, durante 10 anos ela pagou por 25 milhões de m<sup>3</sup> por dia de gás, mas só consumia 15 milhões. O mercado era fraco. E a Bolívia só recebia 18% de royalties por esse gás. Quando Evo Morales assumiu, em 2006, ele deu uma guinada nacionalista e nacionalizou refinarias e elevou os royalties para 82%, que é a média mundial que recebem os países exportadores. Houve uma chiadeira geral, ameaças ao novo presidente, mas todas as petroleiras continuaram na Bolívia, inclusive a Petrobrás. Hoje a Bolívia está em ótima situação.



## Peru



A sua principal fonte de energia nos séculos XX e XXI vem de hidrocarbonetos petróleo e gás que chegam a 65% da energia consumida no país. Desde o inicio do século XX, o petróleo era controlado pela multinacional International Petroleum Company, que não pagava impostos e exportava o petróleo. Em 1969, se estatizou as atividades de exploração, produção, transporte e importação de petróleo, criando-se a Petroperu, que fez um grande esforço e elevou as reservas do país, de 190 para 400 milhões de barris, de 1969 a 1974. Nos anos 70, a Lei 17440, criou o Contrato Modelo Peruano, que dava 50% de participação à Petroperu nos contratos com empresas privadas. As 18 bacias sedimentares peruanas foram divididas em blocos e os mais estratégicos foram reservados para a Petroperu.

Nos anos 90, sob o governo neoliberal de Fujimori, através da Lei 26221, se entregou às multinacionais as atividades de produção e comercialização do petróleo e a Petroperu ficou como um empresa de refinarias. A privatização da Petroperu gerou a transferência da parte mais importante da renda petroleira para empresas privadas internacionais.

Na década de 90, a Shell descobriu m grande campo de gás em Camisea, no Peru, a 500 km de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. A forma mais econômica de explorar esse gás era através de um gasoduto Camisea-Santa Cruz e daí exportando para o Brasil. Para isto era necessária a construção de um gasoduto Bolívia-Brasil. Assim, a Shell se juntou às empresas que tinham reservas na Bolívia para pressionar o Governo Brasileiro a obrigar a Petrobrás a construir o gasoduto. Posteriormente, a tecnologia de Gas Natural Liquefeito, tornou possível exportar o gás para o México e para o Chile. O deputado Manuel Damert, coautor do livro "La Batalha por el Petróleo Y el gas en América Latina", do qual eu sou um dos

autores, me disse que não haviam entendido no Peru porque a Shell repassou, de graça o campo de Camisea para a Repsol. Eu expliquei que a Repsol foi adquirida pelos donos da Shell e outras petroleiras. Ela foi comprada porque seus dirigentes eram espanhóis e ela poderia representar o cartel com mais desenvoltura desde a Argentina até o México.



## Equador



Quando Jaime Roldós Aguilera assumiu a presidência do Equador, em agosto de 1979, o petróleo equatoriano estava dominado por multinacionais. Aguilera, que com sua esposa fundara o *Partido Pueblo, Cambio y Democracia*, era um nacionalista e reformista. Como tal, havia prometido nacionalizar o petróleo e as riquezas peruanas. E assim fez. Foi muito ameaçado e, em 1981 o seu avião caiu.

Muitos equatorianos disseram que a morte de Roldós foi, na verdade, um assassinato planejado pela CIA, em retaliação à nacionalização do petróleo. O autor **John Perkins** alega em seu livro **Confissões de um Assassino Econômico** que Roldós foi assassinado por uma bomba colocada em um gravador de fitas. Meses depois da morte de Roldós, outro líder **latino americano**, que já teria tido desavenças com os interesses estadunidenses, o presidente **Omar Torrijos** do **Panamá**, morreu num **acidente de avião**. Roldós foi sucedido por Osvaldo Hurtado. E as petroleiras retomaram o controle do petróleo do Equador.

Em 2005, quando deixou o ministério da Economia, o economista Rafael Correa tinha divergências com o presidente Palacio. Nessa época, o Equador produzia 550 mil barris por dia de petróleo e 68% dele eram para exportação. Muito pouco dessa renda era destinada ao povo equatoriano. Correia foi eleito e assumiu a presidência em 2006 e mandou fazer uma auditoria da dívida, que concluída, caiu para 1/3 do valor então vigente.

Em 2010, Correia chamou as petroleiras estrangeiras e propôs: ou elas aumentavam a participação do Governo na renda do petróleo ou ele nacionalizaria o setor. As empresas concordaram em aumentar significativamente a participação do Governo para permanecer no Equador. Correia impôs uma multa de US\$ 20 bilhões à Chevron pela devastação e pela poluição que ela causou na Amazônia Equatoriana.



## México



"Se no México existe um tema sensível para a sociedade é sem dúvida o petróleo, por sua importância econômica e geopolítica e que toca na alma dos mexicanos como algo profundamente ligado à soberania do país".

Em 18 de março de 1938, o presidente Lázaro Cárdenas, através de um decreto externou a decisão de expropriar as empresas petrolíferas estrangeiras e construiu os alicerces de um dos princípios mais sólidos da soberania mexicana. O nacionalismo de Cárdenas se inspirou na necessidade de recuperar o controle do petróleo mexicano, que o Governo Porfírio Díaz havia entregado para as empresas estrangeiras. A produção até então era de 130 mil barris por dia dos quais, 90% eram destinados ao mercado externo.

Após uma extensa greve convocada por Serapio Venegas, que contrariando todos os prognósticos, conseguiu um bom contrato coletivo de trabalho, jornada de 8 horas, direito de greve, salário mínimo e outras conquistas, que mais tarde se transformaram em lei. O fato é que, por conta disto, os tribunais deram um laudo a favor dos trabalhadores e as petrolíferas se negaram a acatar dando ao presidente Cárdenas mais um pretexto para nacionalizar, culminando com a expropriação através do histórico Decreto.

Em 1995, o México por conta de uma grave crise financeira, e as regras do NAFTA, tomou um empréstimo De US\$ 20 bilhões, dando como garantia o seu petróleo. Por conta disto, de 1998 a 2003, o México vendeu para os EUA  $\frac{1}{4}$  do seu petróleo, por preço abaixo do mercado internacional, tendo suas reservas caído de 50 para 12 bilhões de barris.

Em 2007, na reunião do grupo do oito em São Petersburgo, o tema principal foi a segurança energética. O resultado é que o México ficou responsável pela segurança energética dos EUA, franqueando ainda mais o seu petróleo.



Investigadores técnicos, trabalhadores, acadêmicos, ex-funcionários, e Legisladores todos de cunho nacionalista demonstraram que a Pemex era uma empresa rentável, eficiente, mas vem sendo asfixiada por uma política fiscal que toma 70% dos seus recursos para investimentos em projetos de exploração e produção de petróleo.

Em 2008, fui convidado para proferir diversas conferências no México, na Capital, para contrapor os argumentos do presidente Calderón que queria privatizar a Pemex, usando como argumento o de que a privatização da Petrobras teria sido um sucesso. Contrapus e falei na Câmara dos deputados, na Universidade do México, dei entrevista no jornal La Jornada quatro páginas e acabei entrevistado na TV CNN en Español,

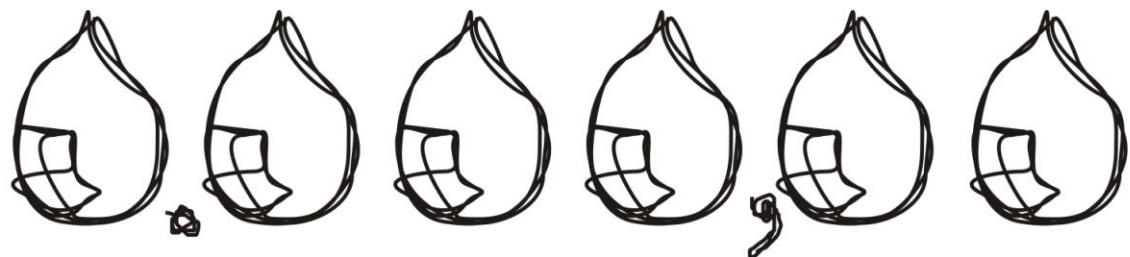
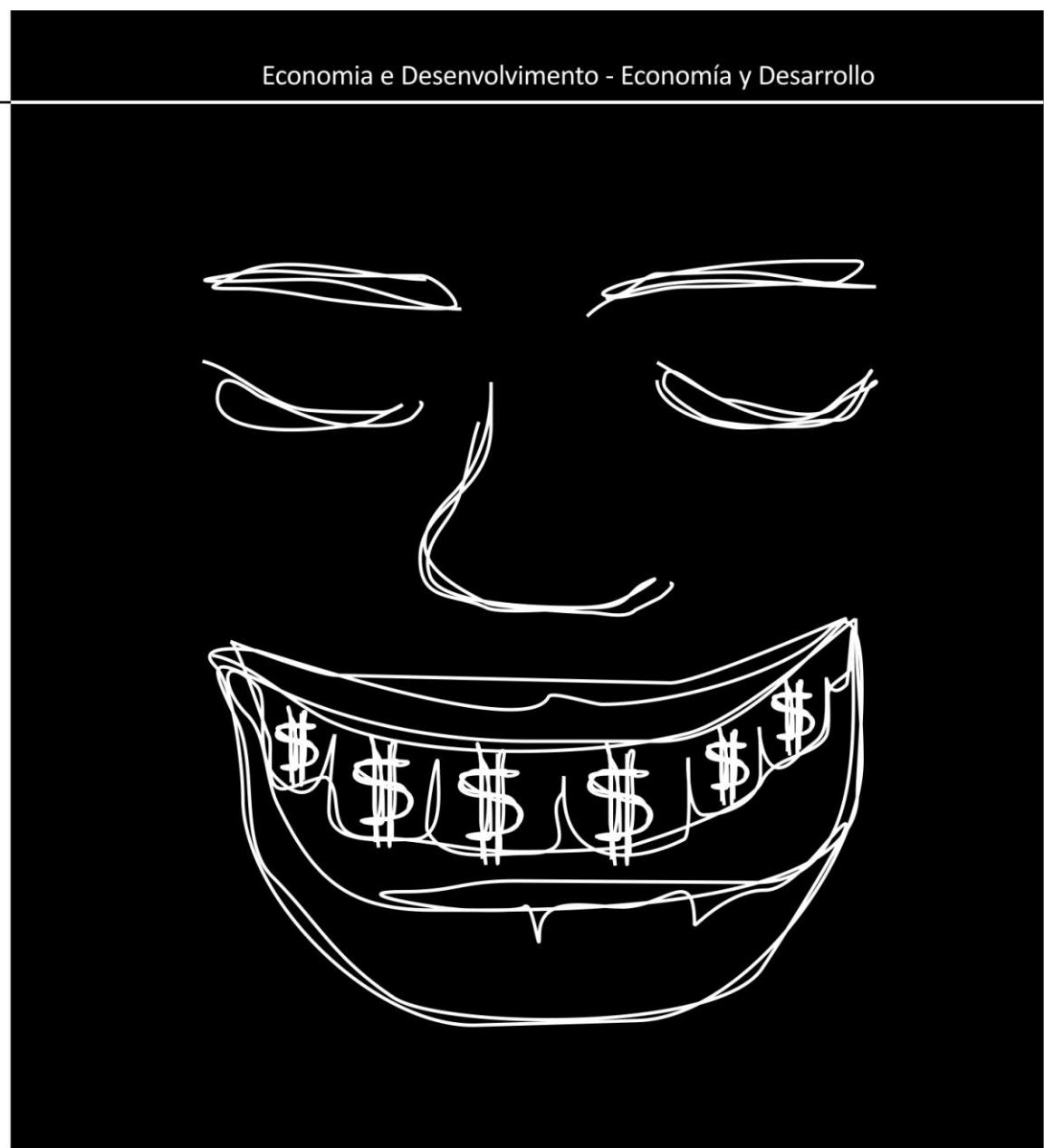
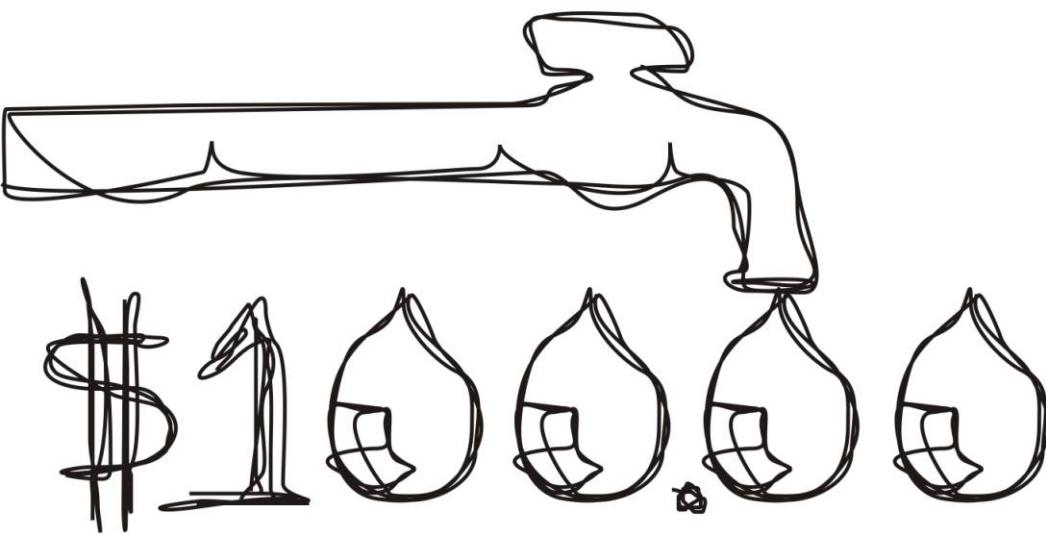


por 25 minutos. Esta entrevista foi repetida exaustivamente (5 vezes) no dia seguinte e resultou num ato com dois milhões de participantes que obrigou o presidente a suspender a privatização. Terminei esta entrevista com a frase: "Não é a Pemex que tem que imitar a Petrobrás, mas a Petrobrás é que tem que imitar a Pemex e voltar a ser a operadora do Monopólio Estatal do Petróleo, que é da União Federal".

Calderón não privatizou a Pemex, mas fez vários acordos com empresas americanas considerados ilegais. Eram contratos ditos de serviço, mas que, de fato eram contratos de exploração e produção de petróleo.

Em 2012, um almofadinha, bonitão, Enrique Peña Nieto "o novo Collor mexicano" foi eleito por larga margem e, cooptando partidos importantes como o PRD conseguiu mudar a Constituição, iniciando o processo de privatização da Pemex.

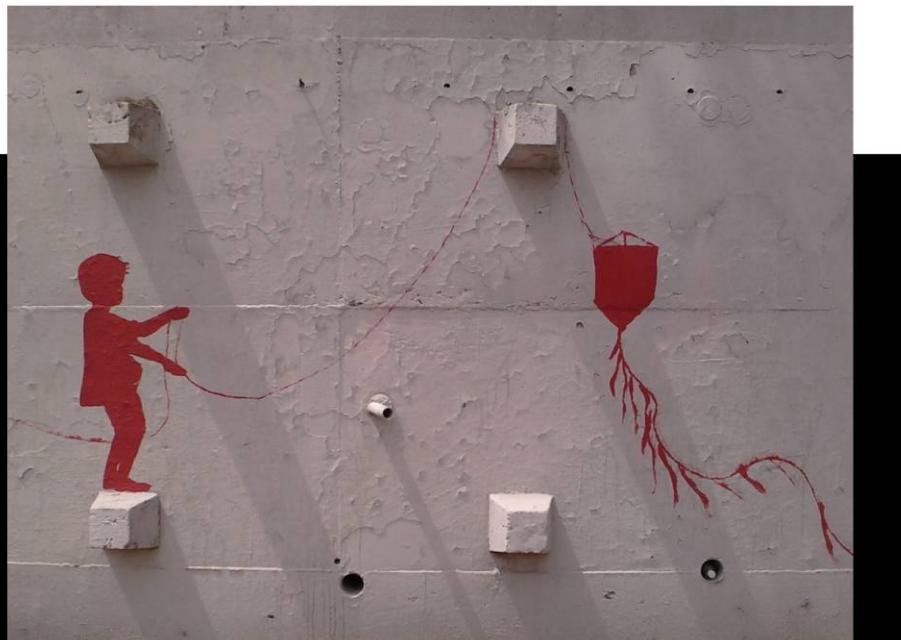
Recentemente Neto se viu envolvido em escândalos de corrupção, nexos do seu partido com o narcotráfico e fraude eleitoral por meio da compra de votos e pagamento às principais agências de pesquisa de opinião e televisoras de México, para falar dele positivamente, sendo isso documentado por jornais nacionais como Proceso, La Jornada e internacionais como The Guardian, da Inglaterra.



## Brasil



Também vítima da onda neoliberal, em 1994, o Centrão assim chamado o grupo de 230 parlamentares entreguistas tentou através de uma revisão fajuta da Constituição de 1988, quebrar o Monopólio Estatal do Petróleo e outros. O presidente Itamar mandou que grupos de funcionários dessas estatais, inclusive a Petrobrás fosse ao Congresso levar informações para deputados e senadores. Durante seis meses fomos a Brasília levar essas informações e conseguimos impedir que tal revisão ocorresse. Em 1995, Fernando Henrique assumiu, fez o decreto proibindo a ida de empregados de estatais ao Congresso, levou os petroleiros à greve, Negando-lhes um aumento já negociado e aprovado, ocupou refinarias e massacrou os sindicatos, inviabilizando-os. Caminho livre, fez a



reforma da Ordem Econômica, capítulo V da CF de 1988, acabando com monopólios do petróleo, do gás canalizado, da Navegação de Cabotagem e abriu o subsolo para as multinacionais.

Através da emenda nº 9 da CF, ele flexibilizou o artigo 177 da CF e passou a permitir que as empresas multinacionais participassem da exploração e produção do petróleo, violando a Constituição ao enviar e fazer aprovar o artigo 26 da Lei 9478/97, que regulamentou essa mudança da Constituição. Esse artigo 26 dá todo o petróleo para quem produzir, exigindo somente o pagamento, em reais, de 10% de royalties e 20% de impostos. Enquanto os países exportadores ficam com 80%, em média, do petróleo produzido em seu território. Tentamos anular esse artigo através de uma ADI assinada pelo então governador do Paraná, Roberto Requião. Obtivemos dois votos magistrais dos ministros Ayres de Brito e Marco Aurélio Mello, mas o lobby entrou em cena e derrubou a ADI. Até o presidente Lula trabalhou contra nós. Segundo seus correligionários ele recebeu a seguinte mensagem: "Se esta ADI passar, esqueça a re-eleição".

FHC criou a Agencia Nacional do Petróleo, para defender o interesse nacional, apenas teoricamente, pois a ANP defende muito mais o interesse do cartel internacional. Assim foram feitos vários leilões de áreas potenciais produtoras, inclusive na área do pré-sal, antes de ele ser descoberto. O genro de FHC, David Zilberstajn foi nomeado diretor geral na ANP e ao tomar posse, diante de um auditório repleto de multinacionais e/ou seus representantes bradou "o petróleo agora é vosso". Zilberstajn fez cinco leilões de áreas potenciais produtoras e estabeleceu blocos com áreas 220 vezes maior do que os blocos licitados no Golfo do México, tal era o afã de entregar o petróleo.

No Governo Lula os leilões continuaram e, no oitavo leilão, foi guindado à diretoria de Exploração e Produção o senhor Nelson Narciso,



presidente da Halliburton em Angola, ou seja, “chega de intermediários”, a Halliburton assumiu a ANP. Responsável pelos leilões o senhor Narciso criou uma restrição absurda: se a Petrobrás comprasse um bloco do pré-sal, não poderia comprar outro. Entidades subsidiadas pela Aepet entraram na justiça e conseguiram anular esse pernicioso leilão.

No Governo Dilma a pressão internacional, inclusive com a vinda do presidente Obama em 2012, e a do Vice-presidente Joe Biden em 2013, a presidente Dilma colocou o maior campo do mundo, o campo de Libra em leilão, contrariando a nova legislação em três artigos, como o artigo 12º que diz que áreas estratégicas tem que ser negociadas de forma direta com a Petrobrás (o artigo 2º define que áreas estratégicas são as que têm baixo risco e alto retorno). Libra tinha risco zero já descoberto e retorno alto por ser o maior campo do mundo. Segundo um Doutor em economia e engenharia americano, as manifestações de rua em 2013, foram comandadas por braços da CIA os Black Blocs e os Anonymous, que derrubaram a popularidade de Dilma de 70 para 30% e ela entregou 60% do nosso campo de Libra, ficando o país com um valor irrisório de participação.

Agora, o Senador José Serra, cumprindo promessa feita à Americana Chevron em 2010, fez um projeto de Lei, o PLS 131, tirando a Petrobrás de operadora única do pré-sal. Com isto, ela abre o pré-sal para as multinacionais produzirem predatoriamente, com chance de executarem os dois focos máximos de corrupção na produção mundial: superdimensionar o custo de produção (Ex. gasta US\$ 2 bilhões para um sistema de produção, declara que gastou US\$ 3 bilhões e recebe US\$ 1 bilhão em petróleo indevidamente); medição fraudulenta: produz 500mil barris por dia e declara que produziu 300mil, ficando com 200 mil para ela sem impostos, sem royalties sem nada.

Em 2010, no Governo Lula, se conseguiu aprovar uma nova Lei, a 12351/2010, que retoma a propriedade do petróleo para a União e cria o Fundo Social do petróleo. Mas os telegramas publicados pelo Wikileaks mostram que as petroleiras não se conformaram e vão continuar a pressionar o Congresso para voltar à lei de concessão, de FHC. Concessão é usada nos países que não tem petróleo e o Brasil tem a terceira reserva mundo. A Lei da concessão de FHC gera os piores contratos do mundo.

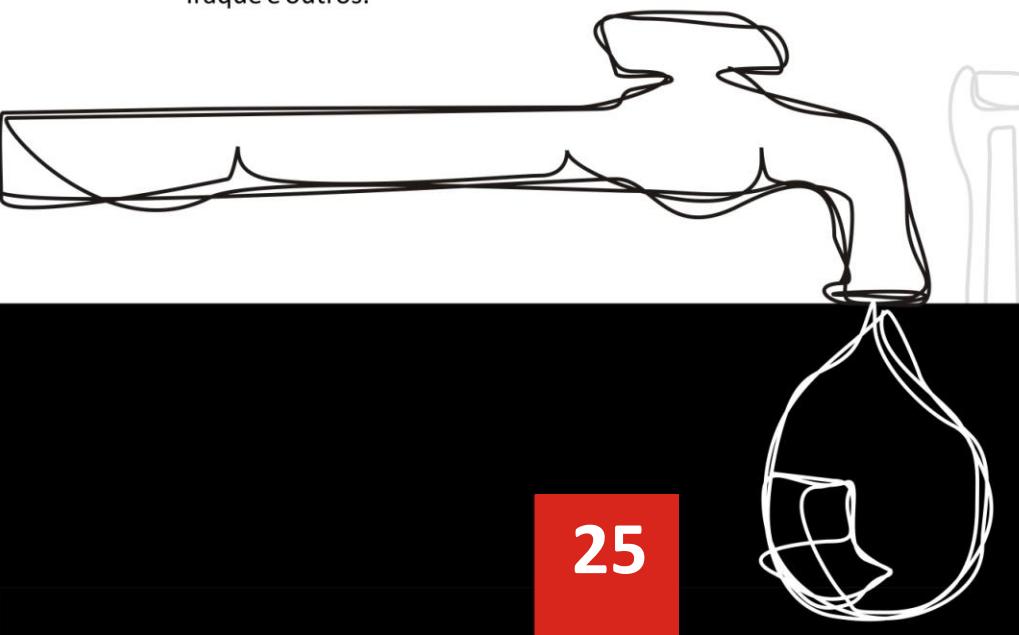


## Conclusões



Toda essa pressão sobre o petróleo é porque ele é o energético mais eficiente do mundo, é insubstituível em curto prazo, é matéria prima petroquímica para 85% dos produtos que usamos no dia a dia e responde por 93% dos transportes de pessoas e alimentos. Os países desenvolvidos não têm reservas e dependem dele, estando em grande insegurança energética. Além disto, as empresas do cartel do petróleo já dominaram 95% das reservas, tendo hoje, menos de 5% delas. São as maiores do mundo. Sem petróleo podem morrer.

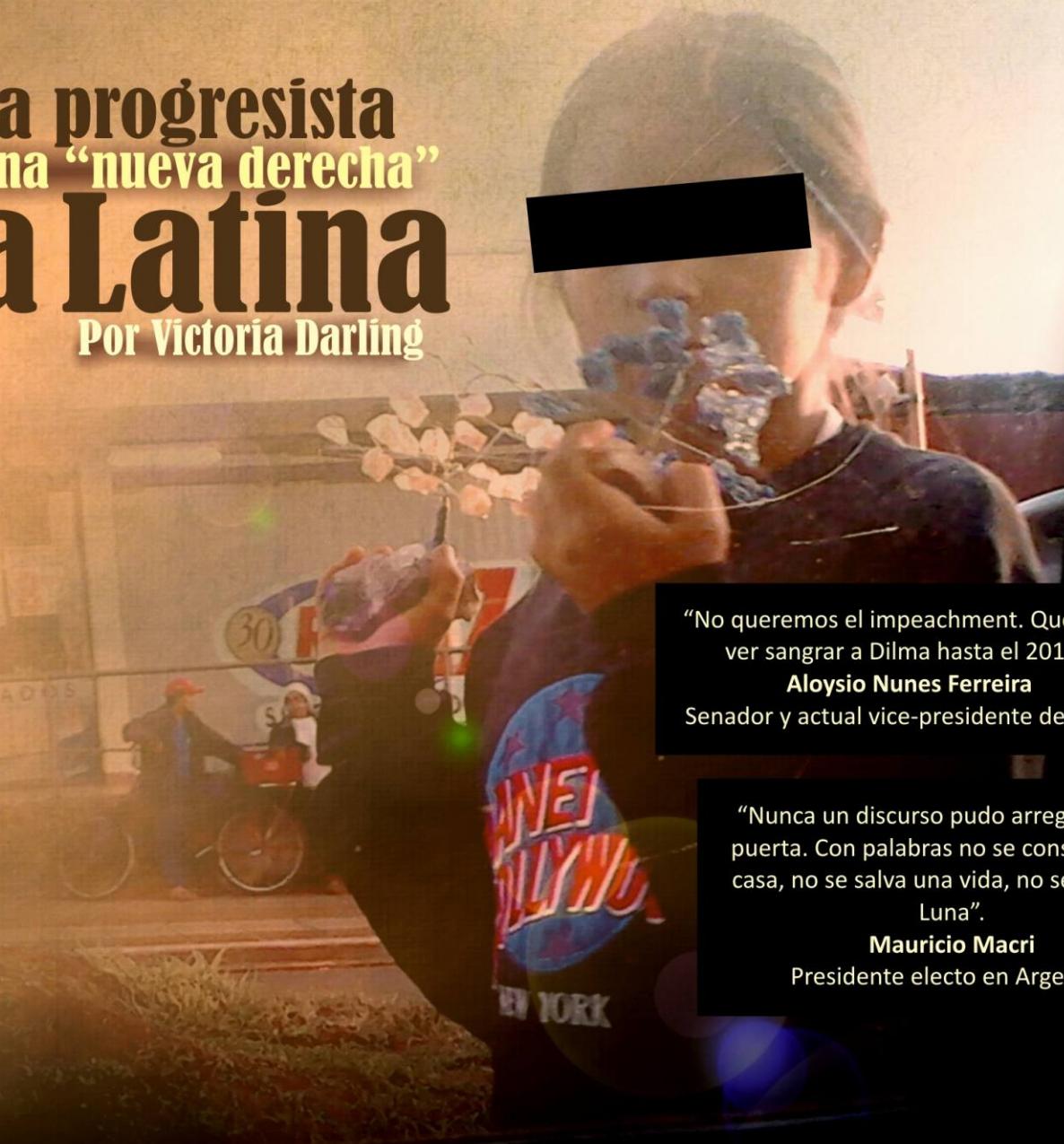
Daí a razão porque o petróleo é a grande causa das guerras no mundo, desde a primeira guerra mundial. É, portanto, o energético mais estratégico e mais importante do Planeta. A Noruega era o segundo país mais pobre da Europa até 1970. Descobriu o petróleo no Mar do Norte, administrou-o bem e se tornou o país mais desenvolvido do mundo, sendo o de melhor IDH nos últimos cinco anos. Melhor bem estar social e 2<sup>a</sup> renda per capita. Por outro lado, os países que entregaram o petróleo para as multinacionais estão todos na miséria: Angola, Gabão, Nigéria, Iraque e outros.



# **Crisis** hegémónica progresista y surgimiento de una “nueva derecha” en América Latina

Por Victoria Darling

**L**as crisis pueden ayudar mucho más a entender el momento histórico político que se atraviesa, que a complicar su interpretación. En general, solemos tener temor a los tiempos de crisis, los vinculamos al caos y a la inacción, sin embargo, autores del marxismo latinoamericano como René Zavaleta, nos ayudan a comprender que la crisis es el momento de develamiento de las contradicciones sociales inherentes a las sociedades latinoamericanas, más aún, es la instancia en que la clase se autoconoce y por tanto, identifica los intereses ahora descubiertos, develados, de los sectores dominantes. Si sabemos leerlas, las crisis contribuyen a entender el presente y en todo caso, a mirar con ojos atentos, el pasado. ►



“No queremos el impeachment. Queremos ver sangrar a Dilma hasta el 2018”.

**Aloysio Nunes Ferreira**

Senador y actual vice-presidente del PSDB

“Nunca un discurso pudo arreglar ni una puerta. Con palabras no se construye una casa, no se salva una vida, no se llega a la Luna”.

**Mauricio Macri**

Presidente electo en Argentina

A lo largo de los últimos años, hemos presenciado una revivificación de los espacios de protesta. La calle, como espacio de visibilización de demandas, reclamos, pero también propuestas de cambio y manifestación de expectativas, se vio nutrida de colectivos que hasta hace menos de cinco años, no se exponían.

Al calor de los gobiernos de Cristina Kirchner, Dilma Rousseff y Nicolás Maduro, la conflictividad social fue cambiando de forma y contenido. Lejos de cristalizarse un campo minado por movimientos sociales autónomos en puja por radicalizar las promesas iniciales realizadas por estos gobiernos, algunas agrupaciones fusión de viejas y nuevas identidades coletivas asumieron las banderas de sus líderes como propias, resignificando su lucha. Este proceso se sumó a la pérdida de motivaciones que antes eran el núcleo de las demandas de los movimientos sociales, como asignaciones sociales, generación de empleo, mejores condiciones de salud, educación y garantía de derechos básicos. Así es que al lento compás del abandono de la calle como espacio de confrontación autónoma de los movimientos sociales -que participaron del ciclo de protestas de inicios del 2000-, fue ocurriendo un cambio de las figuras que ocuparon dicho espacio. En las antípodas ideológicas, pero en el mismo espacio físico, tradicionalmente ocupado por la izquierda, sectores conservadores que desconocían el espacio de la movilización encuentran hoy en la marcha una práctica común. Amparados en la memoria de procesos de crítica y destitución en 2001 en Argentina, 2003 en Bolivia y 2000/2005 en Ecuador, la actual oposición se apropia del repertorio de los movimientos sociales manifestando voluntad de cambio y renovación.

Lo llamativo es que si bien durante todo el periodo del chavismo en el poder, nos acostumbramos a las marchas y contramarchas, esto no ocurría en países como Bolivia y Ecuador que hoy encuentran en sus

propias bases -indígenas y campesinas- cuestionamiento y crítica. Pero más allá de estos casos, en Brasil y Argentina incluso, amplios sectores sociales comenzaron a cuestionar los propios senderos de los proyectos progresistas en curso.

Quince años de PT en Brasil, más de 15 de chavismo en Venezuela, 12 años de kirchnerismo en Argentina, 10 de masismo en Bolivia y 9 años de correísmo en Ecuador parecen estar indicando un nivel de desgaste político. Los sectores opositores manifiestan esta tendencia como un fin de ciclo resultado de un previsible resultado debido a la falta de alternancia. De hecho, el argumento liberal que suele exponerse en estos casos remite al clásico Robert Dahl, quien entiende que la falta de alternancia político-partidaria es sinónimo de falta de calidad para la consolidación de una democracia. Desde la perspectiva de Adam Przeworski incluso, "la competencia electoral ocurre cuando la oposición tiene una probabilidad de ganar a consecuencia de elecciones".

En ese marco de agotamiento es que es posible entender a la protesta social como reflejo de las fisuras estructurales del modo de dominación hegemónica. Como antípodo de un cambio de eje político que va ganando fuerza, sobre todo en virtud del apoyo de los medios de comunicación que están tal vez como pocas veces antes, manifestándose en favor de una alternancia que tenga a estos sectores antes corporativos, ahora políticos, volcándose a la lucha electoral. ►

### ¿Nuevos actores?

Estas líneas son fruto de una investigación que se orienta a definir los *repertorios*, las *prácticas*, *expectativas* y los *usos de la memoria* que exponen los sectores conservadores de derecha que se movilizan en el espacio público. Aquello que pretendemos ir dilucidando es que estas movilizaciones sociales, en particular las de fines de 2014 y 2015 en el caso de Argentina y Brasil, anticiparon un proceso de irrupción de una “nueva derecha”. El carácter nuevo sería cuestionable porque se trata de sectores que se encontraban disputando la arena política desde espacios institucionales. No obstante, se presentan como novedad y cambio en una apuesta de desligarse de los gobiernos neoliberales que culminaron con crisis sistémicas a inicios de este siglo. Esta derecha sustentada en nuevos liderazgos busca la llegada al poder por medio de canales institucionales y con un discurso pretendidamente a-político que recupera los valores del liberalismo clásico desentendiéndose de las transformaciones neoliberales que les dieron espacio y recursos. Es así que, anticipando una de las conclusiones provisorias, presentamos en este espacio un esbozo de los recursos que estos sectores ponen en juego en el discurso y en la apuesta práctica concreta que orienta la militancia, revigorizando la idea de cambio.

Vale decir que a esta reflexión se suma una anterior, que coloca la idea de renovación en cuestión. En tiempos de desacelere del crecimiento, de menor inserción “exitosa” de la región en el sistema mundo capitalista, con datos de inflación que preocupan a los sectores más vulnerables, pero en mayor medida a los sectores vinculados al comercio (como ocurre en Argentina y Venezuela) y frente a un estancamiento de la tendencia a la baja del número de pobres en la región, es relativa-

mente esperable una contraofensiva de sectores políticos acomodados que colocan el acento en el fin de un ciclo, en favor de una alternancia.

La realidad latinoamericana tiende a seguir el movimiento pendular en el que momentos de avance distributivo y conquistas populares son seguidos de procesos contraofensivos de ajuste, endeudamiento y fragmentación de la estructura social. Lo novedoso en esta oportunidad es menos el discurso y la apariencia de nueva generación (de joven apariencia) sino fundamentalmente el modo, democrático y legal, de esta captación de voluntades.

### La imagen como cristal del cambio

La invocación a un cambio es la bandera compartida de partidos y coaliciones políticas que disputan el poder. Estos sectores, cuentan con el apoyo de los principales medios de comunicación y encuentran en las movilizaciones - algunas de carácter destituyente - vitalidad y soporte. Figuras jóvenes o que si no lo son, buscan parecerlo, se posicionan a la cabeza de partidos que encuentran en la crítica al oficialismo su proyecto. Los ejemplos que ilustran esta tendencia son: Luis Alberto Lacalle Pou en Uruguay, del Movimiento todos hacia adelante, quien tomó como slogan de campaña en 2014: “por la positiva”; Henrique Capriles Radonski, de la coalición Unidad Democrática, quien sostuvo en las elecciones de 2013 frente a Nicolás Maduro el lema: “La unidad somos todos”; y, Mauricio Macri en Argentina, de la coalición Cambiemos, quien recientemente ganó las elecciones a Presidente de la Nación luego de un *ballotage*, por un margen menor a los dos puntos porcentuales, frente al candidato promovido por el kirchnerismo, Daniel Scioli. Uno de sus slogans de campaña fue “Hagamos de Argentina un país normal”. ►

Sólo como síntesis provocativa, presentamos algunas características del modo de hacer política de estos líderes que, en apelo a un cambio optimista, construyen una imagen que reifica representaciones sociales conocidas.

a) *La juventud es renovación.*

Frente a la generación en el poder, las nuevas fuerzas se presentan como la renovación. Para ello invierten en una compleja ingeniería de mercado orientada a verse jóvenes, diferentes, leves y relajados. Al mismo tiempo, sus campañas contienen apuestas de marketing similares, de imágenes más que propuestas, de lemas que se instalan como marcas. En relación a los oficialismos, no sólo se los acusa de corrupción, sino que ellos se proponen como solución casi inmaculada.

b) *Contra la radicalidad en la política, contra la lógica populista.*

Se posicionan como líderes que promueven la expresión de multitudes organizadas, ajenas a la violencia propia de las masas politizadas.



*“La unidad somos todos”*

Henrique Capriles Radonski  
Coalición Unidad Democrática

das. Rechazan al populismo y a su construcción política sin hacer referencia alguna a sus demandas y articulación equivalencial, sintetizándola en actitudes desviadas que poco colaboran con gestiones eficaces. Claro que no hay referencias a la figura de *Pueblo* en sus discursos.

c) *Por la Unidad, un cambio “positivo”*

Acusan a los gobiernos de turno de ocasionar la división ideológica de la sociedad, dividiendo a la sociedad en grupos enfrentados. A este fenómeno, en Argentina los medios lo han llamado “la grieta”. Esta idea de sociedad dividida remite a discusiones y embates que claramente no existían en la década pasada cuando la política era entendida como asunto de unos pocos o bien, como acción cuestionable casi delictiva. El rechazo a la política como praxis constructiva es un símbolo de aquel tiempo en que la frase más utilizada, devenida de décadas de coerción era “no te metás”. Lo cierto es que esta postura “por la unidad” desconoce a la política como arena de conflicto y espacio de confrontación de ideas.

d) *La neutralidad ideológica es un valor.*

La referencia reiterada a la necesidad de despolitizar los espacios de manifestación cultural, así como programas sociales, es una constante en el discurso de esta nueva derecha. Como si lo político se alojara solamente en la esfera gubernamental, disociando a la sociedad civil del Estado, ignorando claramente cualquier interpretación de la existencia de un Estado ampliado. La invocación impulsa un forzado desinterés por lo que implica un compromiso de ideas con un proyecto de cambio social. Asimismo, contribuyen a una politización virtual, a través de las redes sociales, en un lenguaje joven y amigable: soft. En síntesis, la política se reduce a asuntos de técnicos, preparados especializadamente para tal fin. ►



**e) El Estado debe actuar sólo donde sea necesario.**

Esta idea es tan antigua como la filosofía política. Los nuevos líderes no proponen eliminar al Estado, ni achicarlo. Habiendo aprendido de las experiencias recientes de ajuste acelerado y reformas de *shock*, - y sobre todo de sus consecuencias en términos de resistencia social - los actuales portavoces del liberalismo clásico colocan en vocabulario suave la idea de restringir la acción del Estado y dar espacio al mercado en aquellas áreas donde mejor sabe hacerlo. Tampoco hacen referencia al fin de los programas sociales o al necesario ajuste económico que deberán hacer para garantizar mayor rentabilidad a las empresas que los financian; los objetivos son poco precisos y el vocabulario los solapa con referencias reiteradas a la *república*, a los *valores democráticos* y al *vivir mejor*.

**f) Ideas sí, propuestas... no.**

Si algo define a las nuevas voces que lideran los espacios políticos contestatarios conservadores es la ausencia de propuestas explícitas. Si bien se han construido como opciones de gobierno, más que referirse a un programa o a un grupo de medidas, los líderes intentar sortear la definición de políticas públicas. Sólo con la presión de algunos medios de comunicación o por error de algunos voceros, estas políticas se intuyen. Pero lo cierto es que parece votarse más a una imagen, a una idea abstracta significante vacío - de cambio, que a una opción de gobierno con una orientación delineada.



**A modo de cierre, abriendo un debate necesario**

El escenario político movimentista actual se complejiza hasta el límite de la confusión. Sin embargo, habilita lecturas clarificadoras si a aquello que se pretende es tomar distancia de la trayectoria presentista recuperando en la memoria los elementos que hilvanan las prácticas. Tal vez no se trate de un escenario tan novedoso. Lo cierto es que la aparición en la calle de movimientos ideológicos diferenciados expone una confrontación latente de visiones de país, de mundo y de sociedad posible. Las sociedades se han visto transformadas estructuralmente y ello tiene consecuencias difíciles de arrebatar, sobre todo cuando la conciencia de adquisición de derechos existe. Tal vez la lucha por la democracia nunca haya sido tan vapuleada y al mismo tiempo, tan necesaria. Las nuevas fuerzas conservadoras pueden hacerse del gobierno, pero del poder, aún está por verse. ■





# INTEGRAÇÃO E DEPENDÊNCIA: A ALTERNATIVA LATINO-AMERICANA

por Alexandre Andreatta

Internacionalista  
Mestrando do Programa em  
Integração Contemporânea da  
América Latina (PPGICAL)  
Universidade Federal da Integração  
Latino-americana (UNILA)

final dos anos 1960 permanecerá como momento de importante transição na América Latina. Os estudos sobre as questões envolvidas pelo debate do subdesenvolvimento X desenvolvimento da região e do papel dos processos de integração regional para superar esta contradição que se desenvolveram a partir da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), abriram várias linhas de discussão teórica e metodológica para o entendimento dessas realidades, sobretudo nas ciências econômicas e políticas, na sociologia e filosofia (estando aí contidas discussões no campo das ideologias, da cultura, da educação e da comunicação).

Estas discussões se consolidaram, a partir dos anos 1970, através de autores que se debruçaram sobre este tema, quer ao nível de aparato do estado, por meio de políticas públicas, quer na academia, em linhas conceituais de pesquisa e de construção de modelos de análise.

É através destes autores que a categoria de "dependência" passa a constituir um conceito teórico de status próprio, o capitalismo dependente conforma um sistema de legalidade que precisa ser reconhecido para se compreender sua dinâmica. Recorrendo a Ruy Mauro Marini, percebe-se que, de todas as teorias do desenvolvimento, a da dependência talvez seja a única que acentua a dimensão internacional como contexto que dialoga com as situações de desenvolvimento interno das sociedades latinoamericanas.

### A alternativa latino-americana

Inicialmente nos 1950 e 1960 a CEPAL considerou a deterioração dos termos de intercâmbio como um dos principais problemas para o desenvolvimento da região, propondo conceitos para explicar a relação entre países com maiores e menores graus de desenvolvimento. Eram os mecanismos econômicos da divisão internacional do trabalho que impiediam a transferência do progresso técnico e os ganhos de produtividade para a periferia.

Nos anos 1970, partindo da análise da economia mundial e da inserção da América Latina nesse contexto, a Teoria da Dependência constatou que a existência do intercâmbio desigual entre as economias da região e as economias centrais não se tratava apenas da deterioração dos termos de intercâmbio da formulação cepalina, mas sim que as

[...] nações com menor grau de produtividade e, portanto, com menor composição orgânica do capital, a saber as nações dependentes, transferem mais-valia, no processo de intercâmbio, para as nações desenvolvidas, que possuem maior grau de produtividade. Além disso, com a forte presença do capital estrangeiro em seu interior, transferem mais-valia por meio da remessa de lucros e de encargos financeiros da dívida externa. (Souza, 2013, P.2)

Nesse sentido, a partir dos 1980, para a CEPAL, mais especificamente com a criação do MERCOSUL, a integração regional passa a ser vista como um meio de proteção e de fortalecimento das economias regionais para garantir uma inserção mais segura e uma competitividade global em condições mais igualitárias. O novo conceito reelaborado para a integração regional ganha corpo, e a partir dos 1990 é apresentado como "regionalismo aberto". O "regionalismo aberto" vê a integração como uma etapa no processo de liberalização da economia, vê o mercado comum como meio de superar o modelo de industrialização através da substituição de importações, de diversificar a estrutura produtiva e de diminuir a vulnerabilidade externa.

Segundo Corazza, na prática, o "regionalismo aberto" promoveu a abertura, a liberalização, a privatização, as reformas estruturais de cunho liberalizante e as políticas macroeconômicas propostas pelo Consenso de Washington e implementadas na América Latina, nos anos 1990. (Corazza, 2006, P.148).

Assim, pode-se dizer que a CEPAL adotou um discurso liberal tingido por teses estruturalistas. Corazza ainda afirma (*Ibid.*, P.149) que o "regionalismo aberto", em sua linguagem ambígua, introduziu não apenas mudanças, mas rupturas na linha histórica do pensamento da CEPAL, tanto no que se refere à inserção da América Latina na economia internacional como em relação ao papel do Estado.



## Integração popular

As origens do pensamento da unidade da América Latina se encontram nesse continente desde o momento em que se desperta a consciência de permanência e de luta contra a dominação direta de Portugal e Espanha.

A estratégia de uma América Latina une nasce do fortalecimento das lutas pelas independências, em que a sobrevivência como latino-americanos depende de nossa habilidade para construirmos novas superestruturas, aspirando à conformação de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Segundo Marini (1992), para que a integração cumpra o seu papel de independentização, não mais apenas nas relações entre colônia-metrópole, é necessário assumir a promoção da incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, educação, ao trabalho e ao consumo. Para ele, a integração deve deixar de ser um mero negócio, destinado somente a assegurar áreas de investimento e mercados, para converter-se num grande projeto político e cultural.

A integração latino-americana defronta-se com o desafio da inclusão cultural, pois é fato o grande número de distintas identidades culturais entre os povos da região. O desafio é o de integrar sem que uma cultura prevaleça à outra, isso se torna possível a partir do reconhecimento e da valorização cultural. (Souza, 2012. P. 124).

A cultura não representa uma entidade, mas pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos, crenças, artes, leis, costumes e

moral ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade se configura em um dos maiores patrimônios sociais. O acesso aos valores e tradições culturais pode ser adotado como ação estratégica para o incremento das atividades de integração popular, cujo impacto se estenderia tanto aos Estados quanto à atividade quanto à população.

A integração pode favorecer expressivamente a inclusão social por meio da valorização e divulgação das práticas culturais de distintas sociedades, compreendendo-se ações relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais das culturas latino-americanas.

É evidente que, para os diversos blocos regionais que têm se apresentado, entre eles o MERCOSUL, a integração econômica é a peça essencial de seu projeto, desde a qual se potenciará o desenvolvimento econômico e social dos países membros. Esta visão economicista da integração e do desenvolvimento baseia suas ideias na prioridade da rentabilidade, do crescimento econômico e no aumento da produção e do comércio. Se pensarmos em países em desenvolvimento, em especial os da América do Sul, não se trata apenas de melhorar suas economias, mas, sim, de torná-las estáveis e sustentáveis a longo prazo e em uma clara direção de justiça social. Ao contrário, a integração econômica, no caso de obter a otimização das economias internas, pode unicamente acentuar os abismos sociais e obter resultados a curto prazo.



A integração econômica, em qualquer de seus níveis, se baseia em alguns pontos específicos, tais como liberdade de circulação de bens e fatores de produção, a existência de discriminação de fronteiras, assim como a criação de instrumentos, instituições e acordos políticos que limitem em certa medida o uso independente de certos instrumentos da política econômica, a fim de gerar estabilidade e continuidade aos processos.

É importante compreender que a integração econômica não é um fim em si mesmo, se não um meio para conquistas de desenvolvimento econômico e social dos países que integram um bloco. Assim é parte de um projeto de desenvolvimento, e não a única via para realizá-lo nem de integrar-se. Porém, o êxito nas políticas de integração econômica não é algo seguro e muito menos a priori. Nem o êxito de um país está assegurado por ser integrante de um bloco regional, nem um país pode ter êxito econômico sem integrá-lo.



## Considerações

Na região, as questões do desenvolvimento foram tratadas tradicionalmente pelas ciências econômicas e sociais como uma questão interna aos países, e a questão da integração regional foi centrada na criação de mecanismos estimuladores da industrialização como veículo da modernização e do crescimento econômico. Tais mecanismos a partir dos 1990 serviram como uma adaptação ao neoliberalismo, quando se abriu mão do Estado, alegando que essa adaptação beneficiaria a incorporação tecnológica e consequentemente resultaria em uma maior competitividade internacional. É através do pensamento de autores como Ruy Mauro Marini que podemos perceber que, de todas as teorias de desenvolvimento, a da dependência é a única que acentua a dimensão internacional como contexto que dialoga com as situações de desenvolvimento interno das sociedades latino-americanas, matéria essencial para o estudo e a compreensão das relações internacionais.

Neste sentido, devemos enfrentar os processos e pressões que visam dilacerar os países latino-americanos e de promover a criação de um espaço econômico capaz de adequar-se aos derivados das modernas tecnologias de produção, formando uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo. Sendo assim, a integração econômica não deve ocultar o propósito de alcançar uma maior especialização das economias nacionais, sendo que é necessário complementar para integrar. A integração contra a dependência e pelo desenvolvimento não deve ser algo de interesse apenas econômico e de governos. Ela tem que ser entendida como capaz de convocar a participação ativa da sociedade na convergência de ações para a política e cultura. A integração deve deixar de ser apenas uma mera negociação, destinada aos mercados, para se converter em um projeto político e cultural.



## Referências

- Corazza, Gentil. O "regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. 2006. Disponível em:  
<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2114/2496>. Acesso em: 09 de Março de 2014.
- Marini, Ruy Mauro. América Latina: dependência e integração. 1992. São Paulo: Página Aberta. Disponível em:[http://www.marini-escritos.unam.mx/020\\_desenvolvimento\\_port.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/020_desenvolvimento_port.htm) Acesso em: 15 de junho de 2014.
- Souza, Nilson Araújo de; Silva, L. M. N. M. E. Integração contemporânea da América Latina: teoria e prática. Monções, revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 2, 2013. Mato Grosso do Sul.
- Souza, Nilson Araujo. América Latina: as ondas da integração. Revista OIKOS, v. 11, nº. 1 p. 90-129, 2012



*Latin America*